Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Serviço de Notícias - INFRAEnergia

Brasília, 12:00:00 (0° dia ininterrupto de 7349:01)
edição nº 465

Data da, 12/08/2019
Desta edição de INFRAEnergia: Energia no Clássico | Clássico Nacional | Diário Oficial | Clique do Olho | Clipping

CÂMARA DISCUTIRÁ LEI DO GÁS E NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO NO MESMO DIA

Talita Nicácio, da Agência INFRA
A Câmara dos Deputados deu prosseguimento à tramitação de dois PLs (projetos de lei) relevantes para o setor de energia que estiveram travados há anos: o PL 6.407/13, conhecido como a Lei do Gás, aprovado nesta quarta-feira (23) na CINE (Comissão de Minas e Energia) e o PL 1.917/15, que trata a sua controlada especial finalmente instalada, com eleição de presidente (Jaqueline Cassol) e relator (Silas Lopes), no mesmo dia.

No caso do projeto do gás, que tramita desde 2013, as discussões em torno das novas regras para o setor se intensificaram nos últimos três anos. Mas o tema nunca teve consagrado avanço além da CINE.

"A aprovação do projeto é uma oblitrar e trazer segurança jurídica ao país. Além disso temos um modelo oitiere e vergas que deverá ser referência para outros mercos ilegais no país", afirmou o relator do PL e presidente da comissão, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM).

Ligada da ministro
Após a aclaração de matérias, os deputados prosseguiu a sessão aglaucom. Segundo Silas Câmara, o ministro de Minas e Energia Ligua da Cruz parabenizando o pelo feito, assim como integrantes do Ministério da Economia. "O ministro Bento me ligou para parabenizar e comemorar a aprovação do PL. Também fizer a ligação de um interlocutor do ministro Paulo Guedes que também foi o mesmo", disse.

O trato seguir agora para três comissões na Câmara. A CSECO (Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços), a CTT (Comissão de Finanças e Tributação) e a CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania).

Regime da urgência
Câmara disse à **Agência INFRA** que também fazer com que a matéria passe diretamente para o plenário. "Vamos falar com os líderes e tentar criar o requerimento para que ele seja aprovado em regime de urgência e siga diretamente para o plenário. Também vou falar com o autor do projeto para que ele possa me ajudar nessa empreitada."

O deputado Arnaldo Jordim (Cidadania-SP) também apoia o regime de urgência. "Vamos, sim, tentar acelerar esses processos. Falaremos com representantes do governo para conclusão esse acordo de líderes e tramitar o PL em regime de urgência."

Novo modelo elétrico
Também na quarta-feira (23) saiu do papel, na Câmara, a comissão especial para dar parecer ao PL 1.917, que tramita desde 2015 e alegam ser uma lesão original a portabilidade da conta de luz.

Por unanimidade, a deputada Jaqueline Cassol (PP-RO) foi eleita a presidente da comissão e o deputado Silas Lopes (PL-RR) foi designado como relator dos trabalhos.

Para Jaqueline Cassol, o objetivo será criar um PL que torne acessível a todos uma energia mais barata. "Por que só as grandes empresas que consumem em larga escala merecem pagar menos? Temos frotas renováveis, hídricas, solar, eólica e de biomassa que podem melhorar em para cobrir as necessidades dos consumidores", disse ela.

Como ao telefônicos
O relator do matéria, Silas Lopes, comparou o futuro do setor elétrico com o que aconteceu no setor de telefonia. "O que queremos é universalizar os direitos do consumidor para que ele tenha a liberdade de escolher onde comprar e de quem quiser, legitimamente vendo quais ferramentas estão disponíveis e etc. Como as companhias vão se acertar é basicamente como as telefônicas se acertam hoje."
INFRAEnergia

TCU APROVA REVISÃO DOS CONTRATOS DA CESSÃO ONEROSA E ESTENDE PAGAMENTO A PETROBRAS

Lucas Spada, da Agência INFRA
O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, na quarta-feira (23), a revisão dos contratos da Cessão Oneroso. Em acordo com a atualização, o pagamento do repasse/ressarcimento R$ 37,5 bilhões à Petrobras poderá ser feito até o dia 27 de dezembro de 2021, se necessário. O repasse poderá/pode a parte/aporte do estatal ou sistema, que poderá cair/a para metade. O crédito ocorrerá em 8 de novembro e o governo espera arrecadar R$ 106 bilhões.
Na ingra anterior do contrato, a União deveria pagar à Petrobras imediatamente após a realização do leilão ao até 27 de dezembro deste ano. A mudança foi feita após revolta entre o MF (Ministério da Economia) e o TCU e publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite de última terça-feira (22).
O tribunal alertou o ministério sobre possíveis dificuldades no pagamento de valores, caso o leilão não acontecer ou Governo perd/pagamento mesmo que a exportar. Denise Ivona, o DPN (Conselho Nacional de Política Energética) ressaltou o prazo exato, em caso, possibilitaria a operação.
O relator, ministro Bernardo Cardoso, explicou: "Se Gera 2.0 do edital não a negociar o pagamento deve ser feito de imediato ou até o dia 27 de dezembro de 2019. A cessão da Sentra é, por exemplo, "se o leilão deixar deserto" Kelza, era um compromisso que o Lindo tenha que pagar e que era um risco para a União".
Aprovação por unanimidade
Por unanimidade, o plenário do Tribunal acompanhou o voto do relator, ainda sob dois alertas: o governo espera, sim, que consulta, ainda que não consulta, ao ministro e ministrou e Jean Gilberto Gonzalez, entre o TCU e o governo para que o leilão ocorrer ou não ocorrer.
Durante a etapa de discussão, o ministro Augusto Nardes ressaltou a mudança de última hora no processo e sentiu que seja não ação com o governo não for positiva (pode) apontarem outros entraves. "Se já for bom e retomar facilitado de diálogo com o ministério, mas, diante da aquisição/a de matéria para o país, eu vou acompanhar o relator."
Paulo Isnaldo/ ingrãos não perdida de vista para realizar aquisição/ o governo. "Até depois da mudança que foi feita, também fizer um pedido de vista para poder analisar, já que foi de última hora que isto aconteceu", observou.
Divisão do resultado
O Congresso Nacional aprovou, também na quarta-feira, o projeto de lei que possibilita o repasse à Petrobras. O valor é de R$ 65,3 bilhões. Dentro, R$ 55,8 bilhões serão para a estatal e outros R$ 9,5 bilhões para estados, municípios e Distrito Federal. O projeto segue agora para a sanção presidencial.
INFRAEnergia

DIÁRIO OFICIAL

Cessão - Resolução nº 2.019 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) estabelecendo a obrigatoriedade de fornecimento elétrico da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração.
Trabalho - A 2019/0. Sistema para tratar bilhões unidades, somente R$ 1,9M. de R$3. Delta E | ses Rachos Varvas (R$).
Microdefesa - Resolução Autorizativa 8.357 da ANEEL outorgando a concessão de uma hidrelétrica denominada Pequena Central Hidrelétrica Barra.
Fundo - Resolução Normativa de Diretoria de Energia **[illegible]** no Brasil. (Regulam Fiscaliza de Investidores para a Distribuição de Energia) prorroga prazo de Diretoria do Cigaro.
Pesquisa - Resolução Normativa nº 2.019 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) estabelecendo a obrigatoriedade de fornecimento elétrico da Superintendência de produtos.
Crepaemo - Portaria 2.019 Ministério da Economia abre crédito suplementar de R$ 140,9 milhões no orçamento de Lindo para diversas ministérios.
INFRAEnergia

FIQUE DE OLHO

Agenda do Ministro - O ministério de Minas e Energia, Bento Albuquerque, continua em viagem à Zaza.
GT de Modernização do Setor Elétrico - O Ministério de Minas e Energia promove, na próxima terça-feira (29), evento para apresentar relatório final do GT de modernização do setor elétrico. A apresentação ocorrerá no Clube Naval de Rio de Janeiro. Para se inscrever, envie nome, telefone, e-mail e instituição para o e-mail.
Dados do Relatório - O relatório de grupo de trabalho propõe um plano de ação dividindo-se em 13 frentes de atuação com 87 ações. Tinha o alto-escalão no curto prazo, dos quais 11 estão concluídas nos próximos 90 dias, ou demais tarefas desdobramentos em prazos mais dilatados, já que dependem de estudos e análises de impacto regulatório e de risco, e algumas envolvem mudanças de dispositivos legais. Mais informações estão disponíveis aqui e aqui.
Agenda ANEEL - O diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, recebe na tarde (24), no 10h, com representantes da Abdib para tratar sobre regulação de geração de energia. A reunião com a Abrace (Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres), promete para acontecer às 17h, foi cancelada.
Discurso - Em discurso na Câmara nesta quarta-feira (23), o deputado Arnaldo Jordim (Cidadania-SP) retomou o papel do Congresso Nacional no funcionamento do setor elétrico nacional e também citou os exemplos recentes de leis. Lembrou que a agência de classificação de risco Standard & Poor's avaliou que a trabalho da ANEEL tem governão estabilizado no setor elétrico e melhora significativa em marco regulatório brasileiro.
Estatuto Ivan - O diretor da ANEEL André Pepitone se reuniu com líderes de diferentes associações regionais de reguladores de todo o mundo no Simpósio de Reguladores de Energia Elétrica, em Lima, no Peru, promovido pela Ion (Confederação Internacional dos Reguladores de Energia). Na ocasião, foi assinado o Estatuto da Ion, com definição dos objetivos, sua missão, estrutura, formas de associação e relação do corpo administrativo.
Complexo Estilos Uruguaiana - O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou, na quarta-feira (23), a aprovação de um financiamento no valor de R$ 1,26 bilhão à holding Engie Brasil para o Complexo Eólico Uruguaiana, localizado nos municípios baianos de Sento Sé e Uruguaiana. O empreendimento conta com investimento total de R$ 1,6 bilhão e é formado por 18 parques eólicos, além de seus respectivos sistemas de transmissão, com capacidade instalada de 360 MW.
Licença Prévia - A Tamoa obtiver junto à Feparn (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), de Rio Grande do Sul, as licenças prévia e de instalação unificadas para as subestações Uruguaiana 3 e Respondeu 3, ambas de 230kV e localizadas no Rio Grande do Sul. Com a obtenção antecipada das licenças, anteriormente previstas para 25 de agosto de 2020 e 22 de março de 2021, a companhia está autorizada a iniciar as obras dessas instalações, que integram a concessão Sant'Ana Transmissora de Energia.
Lucro WEG - A fabricante de equipamentos WEG terminou o terceiro trimestre de 2019 com lucro líquido de R$ 418,2 milhões, valor 9,7% maior que o apurado no ano anterior e 7,3% superior ao mesmo período anterior. A empresa divulgou seus resultados financeiros nesta quarta-feira (23) com destaque para a receita operacional líquida, que cresceu 5,5% em relação ao ano passado e 1,8% na comparação com o terceiro trimestre, alíngido R$ 3,5 bilhões. Já o Ebitda da companhia subiu 18,4% frente a 2018, chegando a R$ 576,1 milhões.
Copel Distribuição - A Copel Distribuição registrou, no terceiro trimestre de 2019, uma alta de 1,8% no consumo de energia elétrica de mercado cativo, dos consumidores livres situados no área de concessão da empresa e das concessionárias de revenda de Paraná. A distribuidora vendeu 7.362.006 a um total de 2,68 milhões de unidades consumidoras.
ABB Brasil - Os segmentos de energia elétrica e de petróleo e gás natural ajudaram a fomentarem de serviços ABB a obter um crescimento de 62% nos pedidos no mercado brasileiro no terceiro trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período do ano passado, e de 12%, em relação ao segundo trimestre deste ano. De acordo com a empresa, o desempenho na área de energia foi impulsionado principalmente pela venda de produtos e sistemas, em especial para os segmentos de geração e transmissão; já as próprias de exploração e produção no pré-sal foram determinantes para o segmento de petróleo e gás.
Santa Catarina no Leilão A-4 - Com 11 projetos hidrelétricos, Santa Catarina foi o estado com o maior número de iniciativas desta fonte selecionadas no Leilão A-4, que aconteceu no último terça-feira (18). Foram vencedores seis Pequenas Centrais Hidrelétricas, três Centrais Geradoras Hidrelétricas e a Hidrelétrica Ella Rosque, projeto idealizado no Rio Canoas, no Planalto Serrano. No total foram comercializados 137 MW ciclaterrenos, que terão contratos de 30 anos.
Patrocínio Esportivo da Eletrobras - As inscrições para o Programa de Patrocínio Esportivo das Empresas Eletrobras 2019 terminam nesta sexta-feira (25). Impulsado na energia renovável das águas, principal insumo de nossas negócios, o edital importou vai destinar R$ 1,7 milhão a esportes aquáticos e náuticos como canoagem, vela atlético, natação, polo aquático, remo, saltos ornamentais, surfe e vela. As informações estão disponíveis aqui.
Zecamilha Extraordinária CCEE - A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) reúne, nesta quinta-feira (24), os agentes do setor para a 49ª Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá às 15h, em primeira chamada, e às 16h, em segunda. O encontro tem como objetivo deliberar sobre o orçamento da instituição para 2020. Mais informações estão disponíveis no site.
INFRAEnergia

CLIPPING

Com concessões, TCU libera a venda de ativos oneroso
Arrecadação é que concedeu Petrobras a pagar da ANEEL gerar receita de R$ 628 bilhões para o governo. (Valor. Notícia do Estado | Globo | Reuters)

Acordo mude estatística para leilão
Cessão de óleo é de volume de concessão, não necessário para da 28 de dezembro. (Valor)

CCT acertou em antecipações do Brasil
Tesouro que cobrou R$ 2,5 bilhões em ano 2021, a 27 dezembro das horas estava e valor, devido à queda de custos. (Valor)

Petrobras e Petrobras reflete expansão do escritório
Ativo será comercializado, em parte, pelo quatro do grupo de petróleo na menos período. (Valor)

A vez do Tesouro: R$ 65 bilhões do excedente
Governo deverá criar conta específica de dividendo e gás. (Valor)

Mais gasoduto abertos do mês
Cessão de refinarias da Petrobras vai repetir oportunidades para a distribuidora. (Valor)

ONS passa a conta desestimulada no mercado global
Ter desestimulando as empresas brasileiras em R$ 225,2 milhões, cinco anos de 9,6% na comparação anual. (Valor)

Estudo do Bordado mostra: tem sobra energia do sul e do nordeste
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) pretende incluir na reforma tributária emenda para permitir a cobrança de incidências sobre potências das energias solar e eólica, que passariam ser incluídos na Constituição como "bens de Gerdar". (O Estado de S. Paulo)

INFRAEnergia

ENERGIA

A **Agência INFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país, além dos bastidores por e-mail, entrando, Twitter, de redes sociais, aplicativo de mensagens. Saiba não energia novidades: www.agenciainfra.com
A **Serviço de Notícias INFRAEnergia é destinado a assinantes** e pessoas físicas ou jurídicas de interesse, individuais e profissionais não autorizadas a reproduzir ou distribuir o conteúdo do serviço. Para assinatura institucional, entre em contato com a **Agência INFRA**.
Apoio Informações que acompanhamos e que não estão sujeitas a alterações, sem aviso prévio, de acordo com a legislação em vigor. Consulte sempre o site www.agenciainfra.com.br
Imagens As fotos ou ilustrações estão de imagens de arquivo e não são, salvo em caso específico, de pessoas ou instituições citadas.
Diagramação
Arthur
Redação
Thomas Aguiar da Silveira
Jaime Carvalho Diretor Executivo
Débora Lima de Aragão Gerente Comercial
Rogério Luz Gerente de Operações **Rafael Lima** Analista de Operações
Sérgio Luiz Analista Sênior **Helena Lima** Analista Sênior
Regina Analista Jr. **Alessandra** Analista Sênior
atendimento@infraestrutura
www.agenciainfra.com
Copyright © 2019 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.